EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por sua representante legal com atuação na 1ª Promotoria de Justiça de Bragança, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IV, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e, ainda:

CONSIDERANDO que a resolução do CNMP nº 159/2017, disciplina a realização de audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, enquanto importante instrumento auxiliar dos procedimentos a serem instruídos pelos membros do Ministério Público para identificação das demandas sociais mediante a oitiva de qualquer cidadão, dos representantes dos setores públicos, privados e da sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, para atingir esses fins pode receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as investigações ou apurações cabíveis e dar-lhes as soluções adequadas na forma do artigo 27, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, para alcançar tais objetivos, pode promover audiências públicas e emitir relatórios, de caráter anual ou especial, bem como expedir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades, sejam do Poder Público, sejam privadas, mas que prestem serviços de relevância pública, requisitando do destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito de acordo com o disposto no artigo 27, Parágrafo Único, Inciso IV, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que as audiências realizadas pelo Ministério Público representam um mecanismo pelo qual o cidadão e a sociedade organizada podem colaborar com o Ministério Público no exercício de suas finalidades institucionais ligadas ao zelo do interesse público e à defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos de modo geral;

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode instituir-se, em audiência pública, para, com a colaboração da coletividade local, melhor discutir a questão e suas consequências para a própria comunidade, para, a seguir, tomar as demais providências que a lei lhe comete;

CONSIDERANDO que o disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quilombolas são considerados comunidades e povos tradicionais e que apresentam conhecimento e tradições culturais diferenciados;

CONSIDERANDO ainda, a representação recebida na Promotoria de Bragança e protocolada pela senhora Roseti do Socorro Melo Araújo, Diretora da Associação Remanescente da Comunidade Quilombola do América (ARQUIA), na qual noticia as condições em que o ensino vem

sendo ofertado na Escola de Ensino Fundamental "Américo Pinheiro de Brito", situada na Comunidade;

Razão pela qual resolve.

COMUNICAR:

Ao público em geral, bem como às entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas, igrejas e demais pessoas interessadas, que o Ministério Público irá realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 12 de agosto de 2021, com início às 09h00min, no salão do Júri do Fórum da Comarca de Bragança, situado na Avenida Nazeazeno Ferreiro, Bairro do Perpétuo Socorro**, com o seguinte objetivo e agenda:

1. Objetivo Geral:

1.1 – Tomar conhecimento, de forma direta pela sociedade em geral do município de Bragança, sobre as dificuldades para implementação da educação quilombola no Município, angariando contribuições que possam embasar a tomada de decisões pelo órgão ministerial com atribuições no tema.

2. Objetivo Específico:

2.1 – Proceder à oitiva dos representantes comunitários e demais interessados sobre as principais reclamações relativas à implementação da educação quilombola em seu território;

2.2 – Estimular a criação de um canal de diálogo permanente entre a Comunidade e o Poder Público, com vistas a construir estratégias voltadas a garantir a efetivação dos direitos dessas comunidades;

2.3 – Conhecer, através dos representantes de órgãos públicos locais, quais as políticas públicas que estão sendo ou podem ser adotadas para resolver os problemas

3. Cadastro de expositores:

3.1 – A referida audiência pública será aberta a toda sociedade, onde os participantes devidamente inscritos terão o direito de manifestação de viva voz, apresentando suas contribuições e sugestões a respeito da matéria em pauta:

3.1.1 – A entidade que queira cadastrar representante, bem como qualquer interessado em participar das exposições, poderá efetuar inscrição com antecedência, a partir das 15h00min do dia 03/08/2021, até as 17h00min do dia 11/08/2021, na Sede da Promotoria de Justiça de Bragança, situado na Travessa Dr. Roberto, s/nº, Bairro Alegre, em frente a Praça Armando Bordalo (Praça dos Eventos), com remessa de nome completo e instituição representada; ou fazê-lo no dia da realização da audiência, até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos;

3.1.2 – A presença na audiência pública como ouvinte não dependerá de prévia inscrição.

4. Agenda da audiência pública:

DATA	HORÁRIO	AGENDA
03/08/2021	a	Publicidade à Audiência Pública
11/08/2021		
03/08/2021	a 15h00min às	Período de inscrição
11/08/2021	17h00min	
12/08/2021	09h00min às	Cerimônia de abertura da Audiência pelo Senhor Promotor

2
Júria Batista de A. C. da Mota
Promotoria de Justiça

	09h20min	de Justiça do 1º Cargo de Bragança, o qual presidirá os trabalhos.
12/08/2021	09h20min às 12h00min	Manifestação dos representantes da sociedade
12/08/2021	12h00min às 12h45min	Deliberações
12/08/2021	12h45min às 13h00min	Encerramento da Audiência Pública

5. Das Formas de Participação:

5.1 – Os trabalhos da Audiência Pública serão coordenados pelo Senhor(a) Promotor(a) de Justiça do 1º Cargo de Bragança;

5.2 – O pedido de inscrição para fazer uso da palavra, após o início da Audiência Pública, deverá ser endereçado ao apoio administrativo;

5.3 – O presidente dará a palavra a cada interessado ou seu representante (no caso de pessoa jurídica), previamente inscrito, pelo tempo de até 05 (cinco) minutos;

5.4 – Todas as intervenções serão feitas com tempo determinado, e deverão referir-se ao tema, com a devida anotação na Ata de Registro da Audiência Pública.

6. Do Procedimento para Manifestação de viva voz no curso da Audiência:

6.1 – As apresentações e exposições dar-se-ão na ordem cronológica dos credenciamentos efetivados;

6.2 – O número de expositores será definido em função das inscrições realizadas e do tempo total previsto para a apresentação;

6.3 – Será permitida a manifestação de apenas 01 (um) representante de cada entidade, sendo que, depois de finalizada a manifestação dos expositores inscritos, o Presidente da Audiência Pública poderá admitir, durante período por ele definido:

6.3.1 – O retorno de expositores para complementar sua manifestação; ou

6.3.2 – A manifestação de outros participantes, inclusive aqueles vinculados a entidades cujos representantes já tenham se manifestado anteriormente na Audiência Pública.

7. Da Documentação Contendo as Sugestões/Contribuições:

7.1 – As sugestões e contribuições recebidas no processo, bem como Ata da Audiência Pública, serão disponibilizadas aos interessados, na sede da Promotoria de Justiça de Bragança.

8 – Das Disposições Gerais:

8.1 – O Edital da Audiência Pública será publicado no Diário Oficial do Estado, afixado na sede da Promotoria de Justiça e no átrio do PODER JUDICIÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA;

8.2 – Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Audiência Pública no curso de sua realização.

Bragança, 03/08/2021.

João Batista Araújo de Macêdo
JOÃO BATISTA ARAUJO CAVALEIRO DE MACÊDO JUNIOR

Promotor de Justiça Titular do 1º cargo de Bragança